

Call Center CPFL

# Perdeu, CPFL!!!

**Sindicato consegue vitória em primeira instância no processo contra as demissões realizadas no Call Center em 2010**

Mais uma vitória aos trabalhadores. Em decisão judicial divulgada no dia 07 de janeiro, o juiz da 10ª Vara do Trabalho de Campinas, Henrique Macedo Hinz, concedeu ganho de causa à ação movida pelo Sinergia CUT, em novembro do ano passado, solicitando a manutenção do Call Center em Campinas.

A sentença determina que a CPFL está proibida de transferir as atividades de Call Center para a CPFL Atende ou para outra empresa que explore esse serviço. Essa atividade deve permanecer em Campinas, sendo executada por trabalhadores do quadro próprio, sob a representação do Sinergia CUT.

O juiz estabeleceu ainda que, no serviço de Call Center, deve ser mantida a quantidade de trabalhadores existentes até 01 de fevereiro de 2010 com a rotatividade determinada em ACT.

Mais: a empresa tem que garantir aos trabalhadores que não tiveram seus contratos de trabalho extintos a manutenção dos salários e todos os benefícios.

O prazo estipulado para a contratação de trabalhadores faltantes ao cumprimento da quantidade mínima foi de 15 dias, a partir da publicação da decisão. Já para o reinício de suas atividades em Campinas e cessação de atividades realizadas por terceiros ou fora de Campinas, a empresa tem até 60 dias. Tudo sob pena de multa diária de R\$ 50 mil, reversível aos trabalhadores do Call Center que estavam em 01/02/2010 pertencente ao quadro próprio da CPFL.

Cabe ressaltar que essa decisão é

de primeira instância e ainda cabe recurso por parte da empresa.

**Os porquês da decisão**

Para fundamentar sua sentença, o juiz tomou como base o próprio Acordo Judicial assinado entre a CPFL e o Sinergia CUT, que prevê que "o serviço de atendimento telefônico ao cliente será totalmente centralizado em Campinas devendo permanecer no atendimento e supervisão o quadro próprio da CPFL". Segundo o juiz, o acordo permanece vigente e só poderá ser modificado por outro acordo coletivo de trabalho com o próprio Sindicato.

O juiz ainda comparou os Acordos coletivos celebrados entre o Sinergia CUT x CPFL e Sintetel x CPFL, concluindo que há uma redução significativa de direitos dos trabalhadores pactuados em cada instrumento. Segundo ele, essa é a segunda razão pela qual a CPFL não poderá terceirizar as atividades de Call Center para a CPFL Atende.

Mais: o juiz compreende que o Call Center é um serviço de contato dos consumidores com a concessionária de energia, por isso é considerada atividade fim e, portanto, não pode ser terceirizada.

E ainda: argumentou que a CPFL Energia é detentora de 99,9% de suas cotas sociais e o restante são de propriedade do presidente da holding. Portanto, segundo o juiz, a CPFL Atende foi criada para a terceirização interna do Call Center na CPFL. Para ele, a CPFL Energia está usando o seu capital para gerir



a CPFL Atende, criando com isso um processo fraudulento de terceirização.

Em caso de terceirização dos serviços de Call Center na CPFL Atende, as atividades seriam norteadas pela CPFL Energia. De acordo com o juiz, não pode haver subordinação em terceirização dos serviços, conforme inciso III da Súmula 331 do TST, e no caso presente é evidente a subordinação.

**Grande Batalha**

No dia 04 de novembro passado, logo que foram anunciadas as 135 demissões dos trabalhadores do Call

Center, o Sinergia CUT entrou na Justiça e conquistou a primeira vitória: uma liminar impedia as demissões em razão da chamada "reestruturação do Call Center".

Em dezembro, em audiência realizada no TRT da 15ª Região, ficou definido que a CPFL deveria cumprir a liminar da 10ª Vara do Trabalho, mantendo os contratos de trabalho e cumprindo suas respectivas cláusulas, incluindo o pagamento de salários e os demais benefícios.

Em janeiro de 2011, mais uma vitória dos trabalhadores do Call Center!

Eleição Sindluz Araraquara

## Vitória da democracia

**Apesar de a CPFL impedir votação na empresa, Eletricitários de Araraquara definiram em democrática eleição a diretoria que estará à frente do Sindicato no próximo mandato. Vitória da Chapa 01, apoiada pelo Sinergia CUT**

Alencar Roberto

**Eleições em Araraquara: democracia e respeito**

Aconteceu no último dia 17 a votação e a apuração da eleição que definiu a diretoria do Sindicato para o triênio 2011/2014. Vitória para a Chapa 1, que obteve 65% dos votos válidos. A chapa 2 ficou com 35%. Os eletricitários, ativos e aposentados deram um show de cidadania, comparecendo às urnas para, democraticamente, escolher seus representantes.

"Todo o trabalho realizado valeu a pena. O resultado da eleição é a prova de que agir com verdade e transparência é sempre a melhor opção", afirmou Jesus Francisco Garcia, presidente do Sinergia CUT, entidade que apoiou a Chapa 1 desde o início do processo eleitoral.

"A participação dos trabalhadores foi fundamental para engrandecer o processo democrático e reforçar a representatividade do Sindicato", disse o presidente dos Eletricitários de Campinas, Gentil Teixeira de Freitas.

O Sinergia CUT parabeniza os companheiros da Chapa 1, "pelo compromi-

so assumido com a categoria e pela transparência e retidão com a qual pautou sua vitoriosa campanha".

Vale ressaltar que no próximo dia 27 haverá uma audiência na 3ª Vara de Araraquara, quando a vencedora Chapa 1 apresentará ao juiz os documentos necessários para provar a seriedade e a democracia no processo eleitoral. Isso se faz necessário devido a um requerimento entregue à justiça pela outra chapa alegando que o processo teria irregularidades. Mas isso não muda o resultado do pleito. Chapa 1 é a vitoriosa!

**CPFL: prática antissindical**

Enquanto os trabalhadores das empresas Furnas, CTEEP, B. Tobace e Vitória puderam cumprir com o exercício de cidadania e democracia sem qualquer problema, colocando os votos nas urnas instaladas nas dependências das empresas em Araraquara, os eleitores da CPFL tiveram que votar na rua. A empresa proibiu o uso do seu prédio para realizar a

votação. Com isso, foi improvisada uma tenda do lado de fora da distribuidora de energia. Apesar dessa prática antissindical, a maioria dos trabalhadores não se intimidou.

"Enquanto todas as outras empresas foram exemplares, respeitando um direito da categoria, a CPFL tentou impedir que os trabalhadores escolhessem seus representantes. Não conseguiu. O pessoal compareceu à urna", disse Jesus Francisco Garcia.

Para ele, essa atitude da CPFL é um crime contra a organização do trabalho. "Me admira que isso venha de uma empresa que se diz tão preocupada com meio ambiente, sustentabilidade e responsabilidade social", afirmou.

**Leia nesta edição:  
Elektro é vendida  
para Iberdrola**  
Página 03

**ACONTECEIU****Trabalhadores nos conselhos de Administração de empresas**

Em um de seus últimos atos à frente da Presidência da República, o ex-presidente Lula sancionou, no dia 29 de dezembro, a lei nº 12.353 que assegura o direito de os trabalhadores elegerem um representante com direito a voto no Conselho de Administração nas empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladoras em que a União detenha maioria do capital social.

O representante será eleito pelo voto direto dos trabalhadores e o processo eleitoral será organizado pelas entidades sindicais e pelas empresas. De acordo com a Lei, o representante dos trabalhadores no conselho não poderá participar de "discussões e deliberações que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive materiais de previdência complementar e assistenciais, hipótese em que fica configurado o conflito de interesses".

O projeto de lei começou a tramitar em 2008, por autoria do atual ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, funcionário do Banco do Brasil e então responsável pela pasta do Planejamento, Orçamento e Gestão.

**Criação de empregos formais bate recorde em 2010**

O Brasil encerrou o ano de 2010 com um saldo de 2,524 milhões de vagas. Esse é o melhor resultado desde 1992 quando teve início a série histórica do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). O recorde anterior havia sido registrado em 2007. Naquele ano, o saldo de postos de trabalho formais atingiu 1.617.392.

**Nova tecnologia em Furnas**

O portal Canal Energia divulgou, no início de janeiro, que Furnas está desenvolvendo uma nova tecnologia de ambientes de simulação para treinar seus operadores. Os ambientes de simulação, segundo a empresa, reproduzem fielmente as salas de controle de usinas e subestações e servem para treinar os trabalhadores em condições muito próximas ao trabalho real.

Os equipamentos já passaram por testes na subestação de São José, em Belford Roxo, na Baixada Fluminense, e serão implementados em duas usinas, oito subestações e no Centro de Treinamento de Furnas, em São José da Barra, Minas Gerais.

**Duke compra Progress Energy por US\$ 13,7 bi**

A Duke Energy informou ter chegado a um acordo para comprar a Progress Energy por 13,7 bilhões de dólares em ações, criando a maior empresa de energia dos Estados Unidos.

A transação pode criar um gigante da indústria com aproximadamente 7,1 milhões de clientes em sete estados norte-americanos, e 57 mil megawatts (MW) de capacidade de geração.

Atualmente, a Duke é a terceira maior empresa de energia elétrica dos Estados Unidos e pode se tornar a maior tanto em valor de mercado quanto em capacidade de geração se o negócio for concretizado.

**Revisão Tarifária: proposta da Aneel desagrada setor empresarial****Sinergia CUT e FTIUESP defendem proposta apresentada pela Aneel em audiência pública**

Como esperado, a audiência pública convocada pela Aneel referente ao 3º Ciclo de Revisão Tarifária, realizada em 16 de dezembro em Brasília (DF), contou com protestos do setor empresarial. O Sinergia CUT e a FTIUESP manifestaram apoio às mudanças na metodologia para revisão tarifária propostas pela Agência, pois ajudam a corrigir a distorção nos valores das tarifas gerada pelo processo de privatizações do setor na década de 90.

Uma das principais propostas da Aneel é realizar a correção das tarifas anualmente. Além disso, a proposta leva em consideração um ponto bastante debatido pelo Sinergia CUT: a extinção da Empresa de Referência para passar a adotar comparação com empresa de excelência real, que utilizará dados contábeis reais para comparar com o de outras concessionárias, por região geográfica.

Outro ponto defendido pelo Sinergia CUT e pela FTIUESP, mas rejeitado pelo setor empresarial, foi o aprimoramento

de aferição do DEC e FEC. Com isso, as empresas terão que melhorar muito a eficiência e qualidade dos serviços prestados, sob pena de redução das tarifas.

As propostas da Aneel que tanto incomodam o empresariado, atrelam a metodologia de revisão tarifária à qualidade dos serviços prestados, repercutindo diretamente nas tarifas pagas pelos

consumidores.

Por este motivo, o Sinergia CUT e a FTIUESP enviaram à Aneel propostas documentadas referendando a importância das mudanças propostas não só do ponto de vista dos consumidores, mas também pelo impacto que representam às condições de trabalho nas empresas energéticas.

**Mais contribuições do Sinergia CUT**

O Sinergia CUT apresentou importantes recomendações ao Plano Nacional de Eficiência Energética (PNEf), que tem entre as suas diretrizes a meta de reduzir em 10% a demanda por eletricidade no país.

Recentemente o tema ganhou visibilidade dos órgãos de imprensa devido a publicação de uma portaria no diário Oficial da União, dos ministérios de Minas e Energia, Ciência e Tecnologia e Indústria e Comércio Exterior, que determina a substituição das lâmpadas incandescentes por outras mais econômicas.

Vale destacar que essa medida já constava nas recomendações feitas pelo Sinergia CUT em estudo elaborado pela área de Novas Tecnologias do Sindicato e que foram encaminhadas ao Ministério das Minas e Energia no final do ano passado. Uma das referências para o Plano foi o relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho Matriz Energética para o Desenvolvimento com Equidade e Responsabilidade Socioambiental ligado ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, do qual faz parte o presidente da CUT Nacional, o eletricitário Artur Henrique.

**Dica do Jurídico: como anda o processo da Peri de Furnas**

O Sindicato continua aguardando o despacho do juiz sobre o pedido feito no final do ano passado para que fossem liberados os valores aos trabalhadores constantes do laudo pericial do processo da Peri de Furnas. Para acompanhar de perto o caso, semanalmente o Sindicato comparece à 7ª Vara do Trabalho. Assim que sair a liberação, os trabalhadores contemplados serão pagos e o processo continuará, para julgamento das demais diferenças apontadas e para aqueles que não foram incluídos no cálculo.

Vale lembrar que a ação proposta pelo Sindicato contra Furnas é de março de 1995, quando foi pleiteado o pagamento das diferenças do adicional de periculosidade, conforme o artigo 1º da Lei 7.369/85. Após o esgotamento de todas as instâncias, a decisão foi pela condenação da empresa ao pagamento da diferença da peri sobre a totalidade das verbas salariais. Após ter tramitado até o

TST para que a decisão se tornasse definitiva, o processo retornou à Vara do Trabalho de Campinas, para elaboração dos cálculos de liquidação.

Para a apresentação dos cálculos, o perito nomeado precisou de aproximadamente cinco anos.

**Erros e mais erros:** durante esse tempo o Sindicato cobrou a documentação e a elaboração do laudo pericial. Em 2004 a perita entregou ao juiz um laudo parcial, totalmente equivocado, que foi objeto de impugnação do Sindicato. Foram indicados erros grosseiros de cálculo e a falta de parâmetros para se saber se todos os trabalhadores que recebiam adicional de periculosidade em Furnas (no período compreendido pelo processo) estavam contemplados.

Para realização de novos cálculos a perita ficou com o processo até novembro de 2009 e, apesar de todas as cobranças e petições feitas pelo Sindicato, somente em maio de 2010 o cálculo foi

apresentado e homologado pelo juiz.

A partir daí, o Sindicato passou a atuar para agilizar o pagamento. Tendo em vista que a sede de Furnas é no RJ, foi necessário fazer a intimação através de carta precatória, ou seja, o juiz daqui de Campinas solicitou a um dos juizes da Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, que determinou que um Oficial de Justiça intimasse Furnas ao pagamento.

Em agosto de 2010, conseguimos o cumprimento da intimação e, a partir de então, tivemos ciência do laudo pericial, que mais uma vez constava incorreções.

**Correção:** o Sindicato entrou com a medida adequada para correção das imperfeições do cálculo (Agravado de Petição) e inclusão daqueles trabalhadores que tem direito mas estão fora do processo. Ao mesmo tempo, pediu ao juiz para que fosse liberado os valores incontroversos aos trabalhadores constantes do laudo pericial. Agora, é aguardar o despacho do juiz.

Publicação de responsabilidade do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas e do Sindicato dos Energéticos do Estado de São Paulo.

**Sede:** Rua Doutor Quirino, 1511 - Centro - Campinas, SP - CEP: 13015-082. **Fones:** Campinas (19)3739-4600 / 0800-171611; São Paulo (11) 5571-6175; **SindGasista** (11) 3313-5299;

**Bauru** (14)3234-8445; **Ilha Solteira** (18)3742-2828; **Presidente Prudente** (18) 3903-5035; **Ribeirão Preto** (16)3626-8676

**Rio Claro** (19)3524-3712; **Baixada Santista** (13)3222-6466; **São José do R. Preto** (17) 3215-1188 ; **Vale do Paraíba** (12)3622-4245;

**SindLitoral** (13)3422-1940; **SindPrudente** (18)3222-1986

**Diretor de Comunicação:** Claudinei Ceccato **Jornalista Responsável:** Lillian Parise (MTb 13522)

**Redação e diagramação:** Cecília Gomes (Mtb 42799), Débora Piloni (MTb 25172), Patrícia Foganholo (MTb 30582) e Lillian Parise **Ilustração:** Ubiratan Dantas

**E-mail:** imprensa@sinergiascut.org.br **Trágem:** 12 mil exemplares

**EXPEDIENTE**



## Campanha Salarial 2011

# Assembleias definem pauta

**Trabalhadores das empresas data base março traçam as reivindicações. Aqui a luta já começou**

Os trabalhadores das empresas com data base em março participavam, durante toda a semana passada, de assembleias para debate e aprovação da pauta de reivindicações da Campanha Salarial 2011.

As assembleias ocorreram entre os dias 17 e 21 nos locais de trabalho das empresas Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de São José do Rio Preto (CERRP), União, Empresa de Transmissão de Energia do Oeste (ETEO), Fasa Eletromecânica, Fasa Indústria e Comércio de Serviços, Medral, Metrowatt, MW Service, Potencial Manutenção e Comércio Equipamentos, Potencial Transportes e Quatiara Energia.

Entre as reivindicações, a pauta que vem sendo definida inclui pontos como reajuste salarial, aumento real, PLR, política de emprego e representação sindical.

Momento importante para a categoria, uma vez que é com esse pontapé inicial que os trabalhadores definem suas



questões prioritárias para as negociações que serão marcadas após a entrega da Pauta às empresas. Portanto, a luta já começou! Participe do processo!

### Em Furnas, trabalhadores respondem à pesquisa para a CS

O Coletivo Nacional dos Eletricitários da Federação Nacional dos Urbanitários (CNE/FNU), juntamente com os sindicatos de cada região realizam uma consulta nas empresas do grupo Eletrobrás com

o objetivo de subsidiar a elaboração da pauta de reivindicações e as ações de luta no processo de negociação coletiva 2011.

O Sinergia CUT está aplicando essa pesquisa em Furnas, nas localidades da base do Sindicato.

Nesse ano, o questionário foi reformulado de duas maneiras: de forma eletrônica e em papel. O modelo eletrônico - que torna mais ágil o processo - está disponível no site da FNU/CUT ([www.fnucut.org.br](http://www.fnucut.org.br)). Após preenchê-lo, basta clicar no botão "Submit", que as respostas serão enviadas automaticamente. O link da pesquisa eletrônica ficará disponível até a meia noite do próximo dia 11 de fevereiro.

Já o questionário em papel poderá ser impresso do próprio site e, depois de preenchido, deverá ser entregue ao dirigente ou representante sindical. A data limite para a entrega do questionário à direção do Sindicato também é 11 de fevereiro.

## Elektro é vendida para a espanhola Iberdrola

**PLR adicional, prevista no ACT vigente, depende de conclusão do processo de venda**

Chegaram ao fim os rumores sobre o interesse de diversas empresas pela compra da Elektro. A distribuidora foi vendida no último dia 19 de janeiro para a espanhola Iberdrola. O valor da venda foi de 1,78 bilhão de euros (2,4 bilhões de dólares).

Em comunicado à Comissão de Valores da Espanha, a Iberdrola disse esperar que a aquisição da Elektro seja concluída em até seis meses após a assinatura do contrato. A operação depende de aprovações regulatórias, entre as quais o aval da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

No Brasil, a Iberdrola integra o bloco de controle da Neoenergia, acionista majoritária das distribuidoras de energia Cosern, Celpe e Coelba, todas no Nordeste. Outro acionista relevante da Neoenergia é a Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil e que também está entre os controladores

da CPFL Energia, que teria interesse na Elektro.

### PLR Especial

Conforme previsto no ACT vigente até 2013, em caso de venda do controle acionário da Elektro, haverá a negociação de uma PLR adicional à PLR do referido ano base. Entretanto, é necessária a conclusão do processo de venda para que essa PLR adicional seja negociada. O Sinergia CUT acompanhará todo esse processo e encaminhará carta à empresa solicitando abertura da negociação dessa PLR especial.

### PLR 2010

A empresa apresentou os resultados finais das metas acordadas dos três indicadores para o pagamento da segunda parcela da PLR 2010, previsto para março próximo.

Dos três indicadores apurados apenas o DEC ficou acima da meta estabelecida. A empresa informou que

o DEC total ainda está em fase final de apuração. O Sinergia CUT solicitou que, além de expurgar as ocorrências consideradas atípicas pela Aneel, que também seja expurgado o indicador DEC o tempo de deslocamento da equipe que atendeu a ocorrência, caso esta não esteja na localidade em que prestou o atendimento. Para casos como esse, a proposta é que a meta do indicador DEC seja considerada como atingida.

A empresa não apresentou os valores finais dos Resultados de Serviços da Elektro e da EKCE, alegando que somente o fará após a aprovação e a divulgação do seu balanço anual, o que deverá ocorrer no início de março.

### PLR 2011

O Sinergia CUT apresentou a pauta de reivindicações para a PLR 2011. A Elektro não levou proposta. Nova reunião marcada para o dia 02 de fevereiro.

## AES Tietê: Sindicato cobra assuntos pendentes

Depois de um final de ano tumultuado por uma série de demissões arbitrárias, representantes da AES Tietê receberam, no último dia 14, o Sindicato para uma reunião sobre diversas pendências a serem resolvidas. Os dirigentes do Sinergia CUT aproveitaram a ocasião para informar que a entidade protocolou ação na Justiça contra as demissões e reestruturação, uma vez que a atitude da empresa demonstra total descumprimento do ACT vigente.

Foram discutidos 12 pontos de pauta, entre eles a questão do sobreaviso. A empresa informou ter efetuado o pagamento retroativo a junho de 2010 a todos os trabalhadores que tinham esse adicional a receber. Também foi apresentado pela empresa uma proposta de procedimento para realização e pagamento de sobreaviso que, segundo a AES Tietê, será implementado a partir de 1º de fevereiro.

Conforme acordo firmado durante o processo de negociação da campanha salarial 2010, o Sindicato solicitará a aos

trabalhadores que não informaram corretamente o tempo de serviço à Fundação CESP na época pré estabelecida, que informem ao Sindicato o nome, prontuário, local de trabalho e o tempo a ser declarado. A previsão é de que na segunda quinzena de fevereiro o Sinergia CUT entregue as informações à empresa, e então, a AES Tietê possa solicitar à Fundação CESP o custo dessas inclusões. Somente após a empresa obter o valor do aporte é que as partes estabelecerão um processo de negociação, não havendo obrigação por parte da empresa em fechar uma proposta.

Entre as reivindicações apresentadas pelo Sindicato está a mudança no computo de hora extra (HE). A proposta do Sinergia CUT é que, quando o trabalhador for convocado para trabalhar em sua folga, as HEs devem ser computadas a partir da saída de sua residência. O mesmo processo deverá ser adotado no retorno da jornada. AAES Tietê ficou de analisar e informar sua

posição até final do mês de janeiro.

### Mensalidade Sindical

Os representantes da AES Tietê comprometeram-se a até março, a devolver os valores referente às mensalidades sindicais cobradas a mais dos trabalhadores sócios do Sinergia CUT. O Sindicato tomou conhecimento desse problema em novembro do ano passado e de lá para cá tem cobrado da empresa a relação de trabalhadores que foram prejudicados e os valores descontados indevidamente.

Portanto, assim que receber o relatório da AES Tietê, o Sindicato realizará reunião com os envolvidos para informar os valores que serão devolvidos.

### PLR 2010

Ficou agendada para o próximo dia 21, uma reunião entre a comissão de acompanhamento, empresa e Sindicato, para discutir os números das metas apuradas em 2010 e o valor da PLR 2010. Após do processo de negociação, o Sinergia CUT realizará assembleias em todos os locais de trabalho.

## CURTAS

### Sinergia CUT articula apoio internacional

O Sinergia CUT participou de um seminário organizado pela Federação Internacional de Sindicatos das Indústrias Química, Minas, Energia e Indústrias Diversas (ICEM), realizado no final do ano passado no Uruguai. A necessidade de cooperação internacional apontada no seminário foi exposta pelos representantes do Sindicato numa reunião do Grupo de Trabalho de Energia do Mercosul, realizada em Foz do Iguaçu, também em dezembro passado. Nas intervenções, os dirigentes apontaram a necessidade de definição do modelo de desenvolvimento sustentável e também encaminharam o pedido de apoio e responsabilidade solidária de todas as centrais sindicais da América do Sul no combate às terceirizações e precarização do trabalho no Brasil. Esse último ponto será debatido na próxima reunião do GT, em março.

### Eleição CIPA CPFL:

#### nova audiência no dia 21

O Sinergia CUT solicitou nova audiência na GRT para que a CPFL apresentasse suas justificativas pelo não cumprimento do compromisso assumido referente ao processo eleitoral da CIPA da sede da CPFL Paulista. A audiência foi marcada para a última sexta (21), após fechamento desta edição.

Vale lembrar que a eleição ocorrida em 01 de dezembro passado apresentou irregularidades, que foram denunciadas pelo Sindicato em mesa redonda no dia 16 de dezembro. Logo depois a empresa se comprometeu, através de e-mail para GRT, que realizaria um novo pleito. No entanto, mais uma vez, a CPFL descumpriu o acordo. Somente agendou data para realizar a eleição, sem emitir novo edital. Além disso, manteve os mesmos trabalhadores inscritos no período anterior (dezembro/2010). O Sinergia CUT procurou a CPFL com o objetivo de buscar uma solução negociada e com isso tentar abrir novo prazo para o processo. Não houve acordo. Diante disso, solicitou outra audiência, que ocorreu no dia 21. Novas informações no portal do Sinergia CUT ([www.sinergiaspcut.org.br](http://www.sinergiaspcut.org.br)).

### Assinatura do ACT de Furnas

O Sinergia CUT assinou, no último dia 19 de janeiro, o ACT de Furnas 2010/2011 (Pauta Específica), no Rio de Janeiro. Tá valendo!

### Barra Projetos: ACT assinado

O Sinergia CUT assinou, no último dia 12, o ACT da Barra Projetos, conforme acordado durante a audiência de conciliação realizada no dia 13/12/2010 no TRT 15ª região.

O ACT, que tem vigência até 30 de abril, foi assinado após várias tentativas de estabelecer um processo de negociação coletiva com a empresa. Apesar da representatividade sindical estar pendente devido ao processo movido pelo Sinergia CUT contra a empresa e o Sindicato da Construção Civil de Limeira, o Sindicato estará presente na próxima mesa de negociação!

## Mobilização Nacional



# Sinergia CUT na luta pelo Salário Mínimo de R\$ 580

**Dirigentes do Sindicato integram dia Nacional de Luta. Primeiro ato unificado cobra do governo abertura de negociação**

O Sinergia CUT levou suas bandeiras de luta em defesa do aumento do salário mínimo para R\$ 580, do reajuste da tabela do Imposto de Renda e da valorização permanente das aposentadores acima do mínimo para o ato realizado pela CUT e demais centrais sindicais, no último dia 18, na Avenida Paulista, em São Paulo.

O Dia Nacional de Luta, que se espalhou por outras 20 capitais, começou em São Paulo com concentração às 10 horas no vão livre do Masp, onde o colorido da diversidade das centrais dava o tom para o que foi, nas palavras do secretário de Administração e Finanças da CUT, Wagner Freitas, "o primeiro passo da grande batalha". "A presidente Dilma foi eleita com um discurso de acabar com a miséria até 2014 e a política social mais importante, com mais alcance, é a valorização do salário mínimo. Por isso é necessário que o governo receba as centrais e reabra o processo de negociação. Nossa reivindicação é pela continuidade da política de ganho real, é pelos R\$ 580", frisou.

Durante o percurso até a Justiça Federal, do alto do carro de som, o presidente nacional da CUT, Artur Henrique, condenou a postura da equipe econômica que, desrespeitando o processo de diálogo construído ao longo do governo Lula, "não chamou para negociar, o que é um retrocesso". "Estamos aqui reivindicando a valorização do salário mínimo para R\$ 580, que é um poderoso instrumento de distribuição de renda, pois alcança 47 milhões de trabalhadores, aposentados e pensionistas, e cobrando a imediata correção da tabela do Imposto de Renda", frisou. Artur lembrou que 97% dos sindicatos conquistaram aumento real no último período e uma parte pulou de faixa de contribuição, fazendo com que o dinheiro a mais, ganho pelo trabalhador, fique com o leão da Receita. "Queremos que este dinheiro vá para o bolso do trabalhador, pois isto reverte em consumo, com o comércio e a indústria vendendo mais, com a economia andando pra frente", enfatizou Artur. Condenando a concepção expressa pelo ministro Guido Mantega, que alega que o problema para o aumento do



Foto: Alencar Roberto

mínimo é a inflação, o líder cutista disse que está "é a agenda dos derrotados, do pessoal que acha que tem de segurar a economia falando em redução de custo, em diminuição do papel do Estado". "Salário mínimo não é dificultador, ele ajuda no combate à crise, como já ficou fartamente demonstrado", destacou o presidente cutista.



**Artur Henrique, presidente da CUT Nacional: "Salário mínimo não é dificultador, ele ajuda no combate à crise, como já ficou fartamente demonstrado"**

Para Antonio Neto, presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), "a unidade das centrais é para fazer com que o nosso país cresça aplicando uma política de correção do salário mínimo, com ganhos reais, até 2023". A diferença entre o salário de um juiz do Supremo Tribunal Federal, de R\$ 27 mil, e o de um trabalhador, atualmente de R\$ 510, é de 52 vezes, lembrou. "Quem perdeu as eleições quer pautar a política econômica,

abandonando a valorização conquistada durante o governo Lula. Estamos aqui para dar uma força para a Dilma manter o caminho acordado", declarou Neto.

O presidente da Força Sindical e deputado federal Paulo Pereira da Silva (PDT-SP) reiterou a necessidade da abertura de negociação com o governo, mas convocou os trabalhadores a continuarem mobilizados, para fazer pressão em cima do Congresso Nacional e também do Judiciário, a fim de fazerem suas reivindicações serem atendidas.

O presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), conclamou as centrais sindicais a continuarem unidas e mobilizadas para que seja implementada a política vencedora nas últimas eleições, "e não seja adotada a pauta dos derrotados, de arrocho salarial e Estado mínimo".

O secretário geral da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Canindé Pegado, defendeu que "é inadmissível ter-

mos os salários vilipendiados, achata-dos", reiterando a necessidade da continuidade da política de ganhos reais. Ao mesmo tempo Pegado lembrou que "desde 94 a tabela do Imposto de Renda encontra-se defasada, o que faz com que milhares de trabalhadores percam o seu poder de compra com as patadas do leão da Receita".

O presidente estadual da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), Luiz Gonçalves, lembrou que o aumento real do salário mínimo é o caminho para o desenvolvimento com justiça social.

Também participaram do ato o deputado federal Carlos Zaratini e o deputado estadual Luiz Cláudio Marcolino, ambos do Partido dos Trabalhadores.

### Enfim, diálogo

Após a mobilização, foi marcada para a próxima quarta-feira (26), às 16h30, reunião em Brasília com o Secretário-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, para tratar dessas reivindicações. Além desses temas pontuais, as centrais cobrarão do governo da presidente Dilma Rousseff a abertura de um canal de negociação permanente semelhante ao que existia no governo do presidente Lula. "Já havíamos conquistado esse espaço para tratar de diversos assuntos, entre eles o mínimo, o aumento para os aposentados e a correção da tabela. Em dezembro, iniciamos um processo de negociações e imaginávamos que teríamos continuidade, mas isso não aconteceu por parte do governo", comentou Artur Henrique, presidente da CUT.

### Dia dos Aposentados

Nesta segunda (24), Dia dos Aposentados, as centrais voltam a realizar manifestações. Desta vez com foco no aumento dos benefícios dos oito milhões de aposentados e pensionistas que recebem acima do salário mínimo. "É uma questão de justiça, de compromisso com a distribuição de renda", concluiu o presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas (Sintapi/CUT), Epitácio Luiz Epaminondas. No dia 30 de janeiro, o Sintapi também realizará um novo ato em Aparecida do Norte.

